

EMENDA ADITIVA N° , de 2021.

(ao Projeto de Lei N° 591/2021)

Dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Art. 1° Esta emenda determina a inclusão de cláusula obrigatória nos contratos de concessão comum ou patrocinada a que se refere o inciso II do Art. 9° do Projeto de Lei N° 591/2021.

Art. 2° O Art. 9° passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo, onde couber:

“Art. 9°
.....

§ X° Nos futuros contratos de concessão comum ou patrocinada a que se refere o inciso II do Art. 9° desta Lei, sem prejuízo dos programas de desligamento voluntário (“PDV”) dispostos nesta Lei e na legislação pertinente, constarão cláusulas que confirmem prioridade na contratação de recursos humanos pelos futuros concessionários dos serviços postais universais aos empregados públicos da empresa pública desestatizada.”

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É louvável a intenção do Poder Executivo ao remeter ao Congresso Nacional o primeiro passo para desestatização do sistema postal brasileiro. Em que pese a proposta inicial remetida a esta casa já considerar certas preocupações relativas à

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tabata Amaral e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://imfleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> CD2152495920200



privatização, reconhece-se que ainda existem lacunas determinantes neste novo marco dos serviços postais. Dessa forma, é dever do parlamento a efetivação de ajustes e a proposição de discussões às propostas legislativa de nossa análise.

Esta é a nossa intenção com este instrumento que lhes apresento. Quanto a ele, vejo como indissociável do processo de concessão a preocupação empregatícia dos funcionários da empresa pública Correios. Seria desonesto que, após tantos anos de serviço prestado, reconhecendo a expertise dos funcionários envolvidos nos serviços postais brasileiros, estes fossem desalentados por um programa de desestatização.

Nesse sentido, apresento-lhes a corrente emenda, que possui o condão de remediar a privatização para o elo mais fraco envolvido no processo. Nela, procura-se disciplinar que é cláusula obrigatória dos futuros contratos de concessão dos serviços postais a disposição que confira prioridade aos antigos empregados dos Correios. Como tal prática - de privilegiar os antigos funcionários em uma futura reorganização de recursos humanos – é corrente nos contratos de concessão contemporâneos, vê-se como cabível sua instituição nesta lei.

Nesses termos, clamo pelo apoio dos meus pares nessa emenda.

Sala das Sessões, 07 de julho de 2021.

Deputada Tabata Amaral





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Da Sra. Tabata Amaral)**

Dispõe sobre a organização e a
manutenção do Sistema Nacional de
Serviços Postais.

Assinaram eletronicamente o documento CD215203520200, nesta ordem:

- 1 Dep. Tabata Amaral (PDT/SP)
- 2 Dep. Lídice da Mata (PSB/BA)
- 3 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 4 Dep. Bohn Gass (PT/RS) - LÍDER do PT *-(p_7800)
- 5 Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)
- 6 Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) - LÍDER do PSB *-(P_7834)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

